



MNEMOSYNE E AS MUSAS DA PALAVRA (OU A MEMÓRIA E SUAS NARRATIVAS)

MNEMOSYNE AND THE MUSES OF THE WORD (OR THE MEMORY AND THEIR NARRATIVES)

Juliana Estanislau de Ataíde Mantovani¹

DOI 10.26512/aguaviva.v3i3.16875

Recebido em: 02 jul. 2018

Aceito em: 09 out. 2018

RESUMO: A fim de analisar a relação dialética entre a memória e a palavra, e de compreender a importância e o poder da palavra (falada e silenciada) no processo de consolidação das memórias individuais e coletivas, o artigo apresenta uma leitura interpretativa e crítica acerca da importância da palavra no processo de confirmação das memórias para o narrador do romance *Não Falei* (2004), de Beatriz Bracher, um narrador ficcional torturado durante a ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: *Não falei*; Memória; Narrativa; Palavra.

ABSTRACT: In order to analyze the dialectical relationship between memory and word, and to understand the importance and the power of the word (spoken and silenced) in the consolidation process of individual and collective memories, the paper presents an interpretive and critical reading about importance of the word in confirmation of memories for the narrator of the novel *Não falei* (2004), by Beatriz Bracher, a fictional narrator tortured during the military dictatorship in Brazil.

Keywords: *Não falei*; Memory; Narrative; Word.

*O poeta [...] tem na palavra cantada o poder de ultrapassar e superar todos os bloqueios e distâncias espaciais e temporais, um poder que lhe é conferido pela Memória através das palavras cantadas*²

1. *Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração.*³

¹ Possui Graduação em Letras Português, pela Universidade de Brasília (2009), Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Católica de Brasília (2012) e Mestrado em Literatura pela Universidade de Brasília (2013). Doutoranda em Literatura, da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). E-mail: juliana.mantovani@ifb.edu.br

²TORRANO, JAA. "O Mundo Como Função de Musas". In: HESÍODO. *Teogonia*. p.16.

³SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 24.



Memória e palavra

Os relatos ou testemunhos pessoais (sejam orais ou escritos) figuram, tanto em narrativas históricas quanto no campo literário, no cerne de grandes discussões e, por que não dizer, em várias ocasiões são o único berço de apreender traços originais de eventos ocorridos. Em busca das relações entre a memória e a narrativa, objetiva-se aqui – a partir do desenvolvimento das articulações mútuas entre a lembrança e a palavra – compreender a importância e o poder da palavra (falada ou silenciada) no processo de consolidação das memórias individuais e coletivas.

De partida, vale argumentar em favor de um sentido mais amplo do termo memória, estabelecendo que – em diálogo com diversos teóricos da memória – essa terminologia aqui se aplica como um elemento biológico, psicológico e, igualmente, social. As definições de memória, conforme expressas em dicionários, “atividade biológica e psíquica que permite reter as experiências anteriormente vividas” ou ainda “faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens, ou as readquire sem grande esforço”, dão conta do princípio psíquico do armazenamento das imagens percebidas, mas não avançam no sentido das discussões acerca da subjetividade e da imaginação que estão envolvidas em processos memorialísticos, tampouco no sentido de entrelaçar o sujeito que lembra ao seu grupo ou sua representação social. Dessa forma, fica esclarecido o caráter individual e subjetivo complexamente ligado às relações coletivas e, portanto, sociais que a memória assume nesse contexto.

A respeito das narrativas de memória – assumidas aqui como a forma de verbalização das imagens armazenadas ou retidas pelo indivíduo – vale destacar que partem do princípio do uso da linguagem ou da palavra (no sentido estrito de signo linguístico) que se encarrega de transportar por seu ato de fala (ou escrita) toda a força subjetiva e/ou social do discurso veiculado.

Para analisar as implicações entre a memória e a palavra, busca-se, primordialmente, construir a relação existente entre tais elementos. A priori, é aceito aqui que a memória e a palavra mutuamente se implicam e se constroem. Não há formação, construção, consolidação do tecido da memória senão pelas narrativas. Não há palavra que se forme sem o poder da memória e suas implicações presentes no passado narrado. A memória e a palavra se relacionam dialeticamente em uma reversibilidade de valores, sendo indissolúveis, indissociáveis e, juntas, são capazes de vencer e sublimar a morte gerada através do esquecimento.



A lembrança que a memória deixa transparecer, o *souvenir*, o “vir de baixo”, para se manifestar no aqui e agora precisa de uma declaração presente, isso é, precisa da verbalização, para tomar forma e corpo, para ser visível e poder representar, em tempo presente, uma ausência – agora enraizada, mas resgatada do passado.

A palavra, o *verbum*, perpetua o poder da vida, mantém os elementos vivos, mantém as memórias preservadas.

É possível recorrer à Mitologia Grega como forma de organizar a temática acerca da memória e associá-la ao uso da palavra, da linguagem, bem como ao poder contra a morte e o esquecimento. A Deusa Mnemosyne personifica a Memória e, curiosamente, é irmã de Cronos (o Tempo, devorador de seus filhos) e mãe das Musas – personificações das artes, das ciências e (ainda mais relevante a esse artigo), da palavra poética. Conforme Hesíodo, em *Teogonia*, Mnemosyne é onisciente, sabendo de tudo o que foi, tudo o que é, e tudo o que será. Assim, o poeta que evoca as musas, recebe para escrever suas palavras o conhecimento das origens, dos primórdios.

Dessa mesma maneira, Walter Benjamin, em *O narrador*, apresenta que “Mnemosyne, a deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica” (BENJAMIN, 1986, p. 211), da narrativa – e, portanto, associada ao poder da palavra.

Ainda na Mitologia Grega, o rio Lethes – ou do esquecimento – representa a fronteira entre o mundo dos vivos e dos mortos. Ao morrer e passar pelo rio do esquecimento, seriam perdidas as memórias, as reminiscências dos eventos passados. Assim, o que separa os vivos dos mortos, e a morte da vida (aquilo que é letal) é o esquecimento, a ausência da memória: e isso confere à memória o poder de permanência da vida.

A associação de Mnemosyne às Musas reforça a tese inicial da indissolubilidade da memória e da palavra: unidas conseguem vencer o esquecimento e, portanto, a morte.

Nesse contexto mítico, o ato de recordar significa o resgate de um momento originário e o torná-lo eterno, em oposição à experiência ordinária do tempo que passa, devora, escoo, se perde. Sendo a recordação um resgate do tempo, confere imortalidade àquilo que é lembrado – e, por analogia, àquilo que é contado de modo rememorado em uma narrativa, já que a palavra, o discurso é imprescindível para manter fixa a memória. A palavra emanada pela memória é o modo de pregar um quadro de lembrança na parede da vida e faz, portanto, com que o evento viva, continue, se perpetue, fique marcado.

Pode-se destacar, como forma de reforçar a função da memória de trazer à tona o passado e o deixar conviver no presente, que para Bergson, a memória é tida como conservação



do passado e este sobrevive, seja sendo chamado pelo presente sob a forma de lembranças, seja em seu estado em si, em seu estado inconsciente (Bergson *apud* Bosi, 1994, p. 53).

É tentador destacar as observações da escritora e crítica argentina, Beatriz Sarlo, a respeito da importância da narração no que tange à perpetuação das experiências, enfatizando a possibilidade de, pela narração, a linguagem resgatar e fixar a temporalidade do que, pelo esquecimento, corria o risco de apagar-se:

[não] há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007, p. 24-25).

A linguagem apropria-se do sentido de mediador da comunicação; conforme destacado por Sarlo, é pela palavra que o esquecimento some e dá lugar ao comum, ao coletivo. A palavra tem a força de tornar fixa, não somente ao indivíduo – que sem dúvidas apoia-se também em sua narrativa para validar o evento ocorrido –, mas ao grupo, à sociedade, uma ausência que se torna presente.

O lugar da memória é, pois, o lugar da imortalidade. Para Platão, o conhecimento é compreendido como lembrança: o amor do belo desperta na alma as lembranças do conhecimento das ideias perfeitas, do mundo inteligível, que foram obscurecidas no mundo sensível.

A memória perpetua a cultura, os valores, as expressões máximas do pensamento e do sentimento humano, não estando, assim, apenas no passado trazido pela recordação, mas está presente naquilo que identifica os indivíduos e a coletividade.

Compreende-se ainda que a confiabilidade das memórias (para quem narra e para quem ouve sua narrativa) aumenta conforme a possibilidade de verbalização e de organização das palavras que tecem os fios da memória reconstruída. Além disso, pode-se justificar que as memórias se forjam e se instituem pelo poder da palavra. Conforme Halbwachs, por exemplo, a memória é forma de coesão entre os indivíduos, justamente por ser constituída através do uso da linguagem, cujas categorias são coletivas, o que configura a memória como um fenômeno social.



Ainda nos conceitos de Halbwachs pode-se observar, no âmbito da importância e do poder exercido pela palavra, que a linguagem, como forma de coesão das memórias, é forma de legitimação do evento lembrado (Halbwachs *apud* Bosi, 1994, p. 56). Narrar é, portanto, uma forma de consolidar as ações do passado através das lembranças e torná-los pertencentes ao aqui e agora.

Dessa forma, observa-se também a relevância da articulação entre memória e palavra para a perpetuação da vida através da importância das narrativas orais para a sobrevivência das crenças populares, lendas, mitos, tradições; ou ainda pela importância das narrativas históricas para a construção das versões consagradas da memória coletiva; bem como através da importância da verbalização das histórias pelo indivíduo que viveu os fatos, como forma de crer no que foi experimentado. É inegável, enfim, a importância da articulação entre a memória e palavra para a construção das identidades ou para a fixação das existências. Algo só é aquilo que fica registrado, a despeito do poder do tempo.

Memória dos mortos, palavra nos túmulos

Elucidativa e poética é a obra literária *Não falei* (2004) no aspecto da força da linguagem e das narrativas na perpetuação da vida. Esse aspecto, é válido salientar, é uma das temáticas centrais da obra. Pode-se destacar que, possivelmente pelo próprio drama pessoal do narrador-personagem acerca de ter ou não delatado seu companheiro e cunhado, Armando, esse romance memorialístico apresenta em vários aspectos a importância conferida por seu narrador ao poder da palavra no que concerne à instauração da memória.

Em seu argumento de defesa do poder da narrativa e da palavra, há uma situação relatada pelo narrador-personagem Gustavo a respeito da experiência dele e de sua filha, Lígia, no cemitério. A filha Lígia aprecia a ida ao cemitério e gosta de criar e fantasiar história sobre aqueles nomes gravados nas lápides.

Havia também histórias. Pedia que eu lesse as datas, os nomes, fazíamos as contas e chegávamos às idades da morte, imaginávamos as histórias. Lígia pedia que procurasse crianças. Fantasiava a si mesma e seus colegas de escola. Será que foi brincar em cima do muro e caiu? Foi o lobo mau que comeu? Ou bebeu água suja de torneira? (BRACHER, 2004, p. 35)

O grande aspecto a ser analisado é a necessidade de haver histórias, ainda que inventadas pela menina, para que essas pessoas tenham tido – e tornem a ter naquele momento – uma vida.



Para a criança, a sua narrativa imaginada, as suas imagens e a força da sua criação anulam a falta de existência daqueles nomes naquele momento.

Sutil e poeticamente se constrói pela autora Beatriz Bracher, a partir do imaginário infantil, a representação da força narrativa no que se refere ao não apagamento – ou ainda, nesse caso – à criação das memórias e das experiências, conferindo existência aquilo que já não existe mais.

Nesse sentido, pode-se, inclusive, compreender o que Ricoeur (2007; 1995) elucida como “duplo estatuto do passado”; para o filósofo Paul Ricoeur, o fato de algo não ser mais não implica que ele não tenha sido, uma vez que o evento no passado é representado por uma lembrança (uma narrativa) que o substitui no presente, mas não por isso essa lembrança passa ser o evento passado – pois esse permanece em seu lugar e em sua temporalidade. O “ter sido” é, portanto, diferente do “não ser”.

As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido. É esse duplo estatuto do passado que vários idiomas expressam por um jogo sutil entre tempos verbais e advérbios de tempo. Dizemos em francês que algo não é mais, mas foi. Não é inaceitável sugerir que o “ter sido” constitui o último referente visado através do “não ser mais” (RICOEUR, 2007, p. 294).

E não é incoerente refletir que é pelo poder da linguagem, é pela força da narrativa que esse estatuto de “ter sido” pode perpetuar-se e permanecer...

Sobre esse aspecto da impotência da morte frente à memória e à palavra, outro elemento que se pode destacar na obra *Não falei* (2004) é o símbolo da palavra no túmulo – e nesse sentido a palavra é capaz de conferir à memória a potência representativa de um signo, de uma marca, de uma inscrição: algo que não se apaga.

Ainda no relato de Gustavo sobre a experiência do cemitério, por motivo da morte de sua esposa Eliana, a filha Lígia, curiosa pelas narrativas dos mortos e ansiosa por gerar vida a esses pela sua imaginação, um dia questionou sobre o túmulo de sua mãe – a qual, morta em exílio, não possuía túmulo a ser visitado.

Gustavo esclareceu que a mãe havia morrido muito longe e que, por isso, o túmulo estava muito distante. A filha indagou que, se os túmulos são formas de prestar homenagens às pessoas queridas que morreram, por que o túmulo de sua mãe não poderia estar ali?

Ademais a criança argumentou saber que o túmulo era

uma maneira de nos sentirmos um pouco próximos delas, lendo o seu **nome** e as datas, acabávamos nos lembrando de sua vida e de como fora bom ter sido amigo dessa pessoa. Como uma **fotografia** que a gente guarda, mais que uma



fotografia, porque ficava no mesmo lugar, onde muita gente passava e podia **ler** aqueles nomes e se lembrar de coisas boas (BRACHER, 2004, p. 35, grifos meus).

Nesse ponto, já é relevante destacar o signo da representação do túmulo na perpetuação das memórias dos mortos evidenciado no interior dessa obra – associado a um documento de memória, a fotografia. Esse monumento à morte e seu respectivo epitáfio têm grande representação em diversas sociedades para homenagear e preservar a existência de um ente querido, e não há pretensão vazia em propor a importância da palavra – inclusive poética –, do nomear, do verbalizar para a representação da memória dos mortos no imaginário coletivo.

Gustavo observa e reflete que naquele momento percebera que a menina ignorava o mais óbvio, “que debaixo daquelas placas os corpos são enterrados” (BRACHER, 2004, p. 35). Nesse aspecto é possível dissociar a morte, como a imagem de corpos putrefatos, da memória dos mortos: e o elemento segundo, desse sim se apropriava e esse sim desejava a pequena criança.

Dessa forma, Gustavo disse à filha que ela tinha razão e que eles encontrariam o túmulo de Eliana.

No domingo seguinte, levei uma caixa de giz colorido e **escrevi o nome** e as datas de Eliana no túmulo onde estavam Armando, D. Esther e seu Estevão, meu sogro. Lígia desenhou umas florzinhas e corações. Na visita seguinte, o nome já estava apagado e resolvemos escrevê-lo novamente com um pedaço de metal, **esculpindo a pedra**, Eliana Bastos Ferreira, 1945-1970. Fiquei feliz com nossa obra, alegre mesmo, uma coisa de criança, uma bobagem, e **lá estava Eliana conosco** (BRACHER, 2004, p. 36, grifos meus).

É de extremo valor elucidativo a cena transcrita anteriormente, tendo em vista a descrição do evento de escrever, isto é, fixar a palavra, o nome de Eliana – como um ato de esculpir a pedra, em uma metáfora nítida do risco, do traço, da ranhura, do corte, da fissura, da marca que a lembrança constitui na memória de cada indivíduo. Em outras palavras, a inscrição lapidar gravada pelo nome é uma equivalência aos rastros de memória marcados nos indivíduos.

Por fim, pode-se argumentar que o ato de escrever (ou inscrever) a marca nominal de Eliana revela a fixação da palavra como forma de busca pelo não esquecimento, capaz de preservar a lembrança daquele que morre e, assim, conservar no aqui e agora a presença e a vida desse indivíduo.

A respeito da morte e do esquecimento, a obra *Não falei* (2004) revela ainda outras colaborações. Gustavo narra que, para Lígia, o cemitério foi sua primeira biblioteca, deixando



evidente a conexão entre a memória, que impede o apagamento de uma existência, e as suas narrativas:

Um tomo por túmulo. As histórias terminavam sempre com o vôo celeste. E então ela morreu e virou passarinho-gente e saiu voando, voando. A mamãe e o papai dela ficaram tristes, porque como passarinho-gente a gente não pode mais dar comida, levar para a escola, pôr para dormir, porque eles saem voando, vão embora. Então fazem os túmulos e aqui eles conversam e a filhinha conta as histórias das coisas lindas que só ela pode ver. (BRACHER, 2004, p. 36)

O túmulo, a sua inscrição acima de tudo, é para a menina Lígia a conexão dos vivos com os mortos; analogamente pode-se, portanto, transcrever que, se a memória é a ligação entre os vivos e os mortos, é ainda a palavra a ligação entre e lembrança e o esquecimento. Em outras palavras, se a memória possibilita a vitória da vida sobre a morte, essa batalha só pode ser vencida pelo uso da linguagem, que vence o esquecimento pela comunicação do que é lembrado.

2. *Viver – não é? – é muito perigoso. Porque ainda não se sabe. Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.*⁴

O narrador memorialístico

A partir das abordagens acerca da memória e suas evidentes conjunções com as narrativas, busca-se enfatizar, nesse jogo dialético entre memória e palavra, a figura do narrador. Vale estabelecer, a esse propósito, que todo relato é, antes de qualquer coisa, uma escolha laboriosa de palavras.

Nesse ponto, é importante destacar o conceito de verdade para os gregos: *aletheia*. A verdade, conforme a mitologia, é, portanto, a ausência do esquecimento, capaz de ser atingida através da memória.

Cabe, nesse sentido, analisar o foco narrativo e responder se é possível, mesmo pela memória, o encontro da verdade. É, primordialmente, aceito aqui o princípio inegável da impossibilidade da reconstrução do passado por completo e da negação de uma verdade concreta, absoluta e atemporal – partindo do posicionamento de Paul Ricoeur (2007; 1995) acerca da aporia da confiabilidade da memória.

⁴ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*.



Assim, o importante a tratar é a análise do papel do narrador nesse processo de construir a suposta ou pretendida verdade, trazendo à discussão a problemática da confiabilidade do sujeito que narra, uma vez que é a memória um quesito seletivo, subjetivo e construído a partir de vazios, lacunas e esquecimentos – ora deixados em branco (voluntária ou involuntariamente) ora preenchidos (consciente ou inconscientemente) pelo narrador, conforme suas experiências e preferências.

O narrador memorialístico tem, portanto, extrema necessidade de recontar a mesma história, de verbalizá-la a fim de perpetuar-se. E nesse processo de contar suas memórias, não se pode deixar de destacar que se abre margem às omissões, às lacunas, ao jogo entre o dito e o não dito, do lembrado e do não lembrado (ou, propositalmente, esquecido). Por isso, importa muito mais a análise das escolhas das lembranças e das palavras de um narrador do que propriamente do que se supõe como o uso da verdade, já que é a dupla mediação desses elementos que constrói uma versão do fato e perpetua aquela verdade, mesmo que temporal.

A memória e a palavra, portanto, se associam, se sustentam, dialeticamente, em conjugação entre palavra (o dito e o não dito) e lembrança (o lembrado e o não lembrado), em uma tensão harmônica entre os elementos polares, que não hão de se excluir, mas de se completar. As narrativas de memórias fluem nessa tensão de opostos, na qual o visto mesclasse ao não visto, e as lacunas, os vazios, os espaços em branco, os silêncios se tornam significativos, sendo figurados como parte de uma dialética imprescindível, em que essa tensão harmônica entre o dizer e o calar, o mostrar e o velar provocam efeitos de sugestão capazes de iludir (do latim *ludus*), isso é, jogar, brincar com o evento narrado e com o leitor.

As narrativas pessoais, os relatos, as entrevistas são um modo de recorrer à fenomenologia da memória. Buscando as explicações de Eclea Bosi sobre as entrevistas feitas com indivíduos idosos, observa-se a mesma relevância concedida à relação entre palavra e memória, já que ela considera que a única forma de saber é levar o sujeito a fazer a sua autobiografia, pois “a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (BOSI, 1994, p. 68).

Nessa mesma abordagem da narrativa pessoal que, embora translúcida e diáfana, subjetiva e escolhida, é importante para a edificação da história dos indivíduos, pode-se destacar o trecho final da obra *Retrato em Sépia* (2007), da autora chilena Isabel Allende, em que a personagem Aurora reflete sobre o processo de construção da sua história a partir da busca de suas memórias:



No fim de contas a única coisa que temos na totalidade é **a memória que fomos tecendo**. Cada qual **escolhe o tom** para contar a sua própria história; teria gostado de optar pela clareza duradoura de uma impressão em platina, mas nada no meu destino possui essa qualidade luminosa. Vivo entre matizes difusos, esbatidos misteriosos, incertezas; o tom para contar a minha vida ajusta-se mais ao de um retrato a sépia... (ALLENDE, 2007, p. 420, grifos meus).

Dessa forma, a fenomenologia da memória está também relacionada aos papéis sociais do narrador, às importâncias ou preferências dadas por esse, às percepções do indivíduo que lembra e narra. Entender a fenomenologia de uma memória está atrelado a observar a gênese do processo de lembrar, o que de certo modo engloba a maneira de encarar essas lembranças pelo indivíduo que se dispõe a lembrar e/ou narrar, isso é, importa o modo como aquele indivíduo lembra. Vale ressaltar nesse aspecto que, para Ricoeur (2007; 1995), há uma grande importância daquele que lembra para a construção e compreensão da memória: quem lembra e seu ponto de vista exercem muita influência sobre o fato lembrado.

Sobre as memórias individuais e coletivas, Ricoeur (2007; 1995), inclusive, considera haver um contínuo e uma interpenetração, um jogo dialético entre o lembrar pessoal e o lembrar coletivo: para ele, a memória coletiva dá suporte, torna possível a reconstrução da memória de um indivíduo (uma vez que esse se encontra num grupo social que possui forças coesivas), dá consagração à versão dos fatos; entretanto, não se pode negligenciar o *quem* lembra, não se pode abafar a importância do sujeito. Nas narrativas, é também o foco narrativo um ponto decisivo no processo fenomenológico de reconstrução da memória, e não se pode esquecer, aliás, que “seus vestígios [do narrador] estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata” (BENJAMIN, 1986, p. 205).

- i. *tudo se pode meter nos livros omissos [...] É tudo o que se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também preenches as minhas.*⁵

A importância da palavra para o narrador de *Não falei*

Sendo a narrativa de primeira pessoa – autobiográfica ou ficcional – a recriação de uma história a partir de lembranças, talvez seja esse o maior exemplo literário da conexão entre

⁵ ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Sol Editora. (Capítulo LIX – Convivas de boa memória, p. 89 e 90).



memória e palavra. Para compreender tal reconstrução, entretanto, é imprescindível perceber que ela não tem o pretensão objetivo de manter-se fiel a outras narrativas, ou verdades. Esse é o quesito mais intrigante dos relatos em primeira pessoa: a não necessidade de pacto com as outras verdades, de outros discursos.

E nesse ponto é válido destacar a importância da legitimação de um discurso como forma de consagrá-lo como verdadeiro em detrimento de outros. A literatura de relatos tem esse papel hoje: o de, em certa medida, contrastar as verdades históricas construídas – é válido lembrar – também a partir de lembranças e palavras, mas essas, por vezes, dispõem de maior força de legitimação, pelo discurso oficial, por exemplo.

Como especificado anteriormente, o narrador-personagem Gustavo, em *Não falei* (2004), busca apresentar por sua narrativa a importância da palavra (falada e omitida) na construção da história dos indivíduos e igualmente de suas memórias.

Possivelmente, essa importância da palavra se deve, em parte pelo seu drama pessoal do falado ou não falado, em parte pela sua posição social de professor, em parte pelo período de silêncio vivido em plena Ditadura Militar, em parte pela sua necessidade próxima de ter de verbalizar sua história e relatar à entrevistadora Cecília. Enfim, de toda forma, por diversas motivações, o que pode ser visto em várias passagens do livro é que o narrador confere extremo poder à palavra no processo de confirmação das memórias.

Seria oportuno, mas não nesse momento, aproveitar a importância dada por Gustavo à palavra e analisar contrastivamente os relatos de prisioneiros e a potência de seus discursos ao discurso maior e legitimado da história oficial a respeito das mais diversas ditaduras no mundo. Vale destacar que o presente artigo não pretende discorrer sobre o assunto, mas é, no mínimo, coerente citar a diferença da narrativa (ou do poder de sua palavra) frente aos mais diversos discursos perpetuadores da memória, ou seja, é importante comentar que o poder da palavra como forma de perpetuação da memória é ainda maior no que diz respeito à construção das narrativas nacionais e histórias, fixadas e legitimadas pela palavra nos livros – e, por vezes, incontestáveis por narrativas de memórias ditas sem legitimação, porque de uma ou poucas pessoas.

É a palavra, portanto, o mecanismo que permite – pelo escrito e pelo espaço em branco, pela fala e pelo silêncio – ao narrador/rememorador costurar e, tecendo os fios da reminiscência, realocar o evento no tempo presente. Assim, a fim de demonstrar a importância e o poder da palavra e da narrativa como forma de fixar os acontecimentos do passado no presente e, costurando as memórias, vencer a mortalidade do esquecimento, são exemplificativas tais



análises dessa narrativa ficcional, *Não falei* (2004), que se constrói seguindo os fluxos tortuosos da evocação das memórias.

Por diversas passagens é possível concluir a importância da potência expressa pela escolha de palavras para Gustavo. Em certa passagem, por exemplo, Gustavo se põe a refletir a respeito da palavra esperança em relação ao verbo esperar, revelando não somente conhecer, mas ainda compreender a força enunciativa das escolhas de palavras e, portanto, a importância para a persuasão e, por que não dizer, para a construção (ou criação, invenção) de histórias que as palavras possuem:

Esperança é uma palavra falsa, possui som e grafia cujo referente é um conjunto vazio, como uma nota de dinheiro falsa, uma gravidez psicológica, transforma em estado uma ação, em **nome** um **verbo**. Deveria haver uma regra que impedisse a transformação dos verbos intransitivos em substantivos. Pois os substantivos bastam-se, assim como os verbos intransitivos. Lutar, morrer, mudar, fugir ficam bem em luta, morte, mudança e fuga. [...] Penso que a complicação, no caso de esperança e esperar, vem de esperar ser um desejo passivo, impotente de origem e, nos casos em que poderíamos utilizar o nome esperança, inconfesso. Veja bem, o sentido de “espero dar duas horas para ir almoçar” é o mesmo de “espero que essa mulher ainda me ame”? [...] Que vício!, lembra gagueira, ficar repetindo os **significados das palavras**, afinando sua esfera de ação. Ou **afiando**? (BRACHER, 2004, p. 120, grifos meus)

Pode-se perceber igualmente a compreensão dessa potência das palavras por Gustavo na passagem em que ele narra sua tortura na prisão, embora ele não participasse nem soubesse de nada sobre os militantes. Um colega, Francisco Augusto, diz que Gustavo não precisava se calar nem ser torturado, já que ele:

tinha uma história convincente para contar, você não milita, nem sabe do que está se passando, não sabe de nada desse negócio. Você podia dizer o que quisesse do Armando, ele não tinha como cair por suas mãos. Você não tinha o que abrir. [...] O problema é que eu não sabia disso. Não sabia o que era uma história inteligente ou convincente, abrir, fechar, cair, ponto (BRACHER, 2004, p. 125).

É válido comentar ainda que, para Gustavo, na circunstância vivenciada, ele não se lembra de ter falado – e conclui que não falou, mas é como se tivesse falado –, porque “qualquer esforço em negar a traição implicaria que ela poderia ter acontecido e isso era incompreensível para mim, um ferro em brasa marcando as ancas de um boi, a dor física agravada pelo inesperado” (BRACHER, 2004, p. 71)



Assim, a temática central da obra – que dá título a ela – a respeito da suposta traição de Gustavo, de ter delatado ou não seu cunhado, apresenta a grande importância da fala, da palavra – mesmo quando ela não existe... Para Gustavo, é torturante pensar que não lembra – e o não lembrar implica, nesse contexto, a possibilidade de ter acontecido. O drama pessoal é evidente: e se eu tiver falado e não me lembro? – é como se Gustavo indagasse em cada página.

Por que narrar? A narrativa para esquecer ou para lembrar?

Uma interrogação final se faz necessária. Por que estaria Gustavo rememorando e narrando? E tantas outras narrativas de memórias ou autobiografias, por que são escritas?

Em certa medida, e respaldado por algumas teorias psicanalíticas, o processo de rememorar e narrar a vida pode ser compreendido como uma fórmula de purgação, de apagamento, de esquecimento proposital e definitivo, de perdão – ou anistia, etimologicamente ligada à *amnesia*.

Entretanto, segundo Jung, no prólogo de *Memórias, Sonhos, Reflexões*,

Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou. Tudo o que nele repousa aspira a tornar-se acontecimento, e a personalidade, por seu lado, quer evoluir a partir de suas condições inconscientes e experimentar-se como totalidade. [...] Assim, pois, comecei agora, aos oitenta e três anos, a contar o mito da minha vida. No entanto, **posso fazer apenas constatações imediatas, contar histórias**. Mas o problema não é saber se são verdadeiras ou não. O problema é somente este: **é a minha aventura a minha verdade?** (JUNG, 1986, p. 5-6, grifos meus)

Dessa forma, a narrativa pessoal é sem dúvida uma tentativa de encontrar as suas verdades, de compreender os eventos passados. A questão aqui é: essa compreensão possibilita uma cura, um esquecimento? E o esquecimento nesse sentido se afasta do esquecimento intrínseco de toda memória, inseparável e necessário atribuído por Ricoeur (2007; 1995), uma vez que é buscado como forma de apagar algo que ocorreu.

A narrativa pode, através das memórias e das palavras, ocasionar a purgação, a cura, o esquecimento? A teoria do método terapêutico catártico de Breuer na psicanálise, a “limpeza de chaminé”, compreendia possível a cura pelas palavras (a *talking cure*). E, evidentemente, a narrativa é extremamente importante àquele que precisa ou quer ser lembrado/ouvido: a palavra socializa, comunica, dá voz a quem – por muito tempo – esteve silenciado; a palavra possibilita a sensação de acabar com a solidão daquele que testemunha. Mas, ainda assim, poderia ela, então, tornar possível o esquecimento pela fala?



Em primeiro lugar, é impossível falar, narrar tudo – assim como é impossível verbalizar (até para si mesmo) tudo o que se lembra, tendo em vista que a lembrança e o esquecimento se interligam complexa e mutuamente. Em segundo lugar, se falar/narrar é justamente reviver através da rememoração, ela – a narrativa – perpetua a história, e não permite que ela morra, nem para o grupo que presencia a narração, nem para o indivíduo que narra. Não, a palavra perpetua a memória, não atua como força de esquecimento. Além disso, como explanado por Jung (1986, p. 6), “Cada vida é um desencadeamento psíquico que não se pode dominar a não ser parcialmente. Por conseguinte, é muito difícil estabelecer um julgamento definitivo sobre si mesmo ou sobre a própria vida”.

Ainda assim é possível responder qual é a motivação dos relatos ou autobiografias. Se não é para esquecer, é – antes de tudo – para compreender que se narra a sua própria vida.

Assim, o ato de rememorar e narrar não pode causar o esquecimento – e, aliás, nem sempre seria o esquecimento uma fórmula de cura. Ressalta-se que é, justamente, para lembrar e fixar a lembrança que se narra – e não o oposto. Ao lembrar e remontar um quadro da memória no presente do eu que narra e dos demais que escutam/leem tal relato, a lembrança viva e presente, a lembrança corporificada e visível é que pode causar a cura – a cura pela compreensão.

Para Gustavo, sua narração não segue senão a sua busca incessante de respostas para seus traumas – que só virão pela lembrança e não por qualquer apagamento (inconsciente ou proposital). E o reconhecimento, o encontro com essa lembrança buscada por toda a sua narrativa – a qual Ricoeur (2007; 1995) classifica como “memória feliz”: “esse pequeno milagre da memória feliz. Uma imagem me acode o espírito; e digo em meu coração: é ele sim, é ela sim. Reconheço-o, reconheço-a.” (RICOEUR, 2007, p. 437) – dá a ele o alívio, a purgação, a resposta perscrutada.

Sua resposta surge ao final da narrativa, em que ele relembra que seu pai fez certas reflexões sobre Armando que o redimem de qualquer culpa relativa ao assassinato do cunhado e amigo. Se Gustavo ainda se martirizava questionando-se sobre a suposta parcela de culpa que pudesse ter sobre a morte de Armando, essa faísca de culpa se apaga, através de uma lembrança contada por ele. “Tenho ainda uma lembrança certa de setenta. Não sabia que tinha, mas ela está aqui, intacta. Dá aflição até, de tão viva, e não existia alguns dias atrás. [...] Foi gravado e guardado antes que me desse conta de sua existência”. (BRACHER, 2004, p. 146).

E essa lembrança descoberta e presentificada naquele instante é reveladora para Gustavo:



O pai está na poltrona, de costas para a varanda, olha para os seus pés enquanto fala, às vezes me encara. Gustavo, ele diz, Armando colheu a morte que plantou. Pausa. Levou junto a irmã e a mãe. Silêncio. [...] Armando escolheu o caminho dele, que não era o seu. [...] é importante você saber que não devia morrer, você tem as suas responsabilidades, Armando tinha as dele. [...] Gustavo, ele diz numa voz mansa, agora acabou” (BRACHER, 2004, p. 146-148).

Conclui-se, portanto, que a palavra e a memória e suas relações recíprocas trazem à tona não um esquecimento, mas uma forma de – pelo seu ato de ter rememorado e (ênfatiza-se) ter narrado todos aqueles eventos – compreender melhor os eventos vividos, dar explicações e respostas aos seus anseios. Assim, o relato, a autobiografia e a narrativa memorialística podem gerar ao narrador a compreensão do passado, já que algumas reconstituições são corretivas, pois revelam, uma vez que o presente é pleno de novas ideologias e percepções.

Ênfatiza-se, por fim, que a narração (a complexa junção memória e palavra) tem – em alguns casos – o poder de purgar, não pelo esquecimento, mas pelo que Beatriz Sarlo, ao recuperar a convicção de Sontag, revela ser mais importante do que o ato de lembrar: pelo entender; aliás, a conclusão que se chega aqui é justamente de que “para entender seja preciso lembrar”. (SARLO, 2007, p. 22).

REFERÊNCIAS

- ALLENDE, Isabel. *Retrato em Sépia*. Tradução de Mario Pontes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. In: *Magia técnica, arte e política*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 197 a 221.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRACHER, Beatriz. *Não Falei*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- JUNG, Carl Gustav. *Memórias, Sonhos, Reflexões*. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Reunidas e organizadas por Aniela Jaffé. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- _____. *Tempo e narrativa*. Tomo II. Tradução de Maria Appenzeller. Campinas: Editora Papyrus, 1995.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.